



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Globo Rural

Data: 31/10/2011

Link: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/>

Caderno / Página: - / -

Assunto: Comitê Brasil em Defesa das Florestas pede mudanças no Código Florestal

Comitê Brasil em Defesa das Florestas pede mudanças no Código Florestal

Integrantes da CNBB, ambientalistas, indígenas e camponeses apresentaram ao Senado sugestões para o projeto da lei ambiental

por Globo Rural On-line



Comissão debate projeto do novo Código Florestal. Na José Batista de Oliveira (MST); senador Jorge Viana (PT-AC); senador Paulo Paim (PT-RS); Dom Leonardo Ulrich Steiner e Raul Silva Teles do Valle

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (**CNBB**) e outras entidades que integram o **Comitê Brasil em Defesa das Florestas** apresentaram aos senadores, nesta segunda-feira (**31/10**), sugestões ao projeto de reforma do **Código Florestal** (PLC 30/11), para restringir atividades em Áreas de Preservação Permanentes (**APPs**) e de **reserva legal**.

A principal modificação sugerida diz respeito ao artigo do projeto que autoriza a manutenção de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural existentes em áreas de preservação estabelecidas até 22 de junho de 2008 - data da edição do Decreto 6.514/2008, que determina punições para crimes contra o meio ambiente.

Para **Raul do Valle**, do **Instituto Socioambiental** (ISA), a data é "inconcebível", uma vez que a última modificação na delimitação de APPs foi em 1986. Ele sugeriu que, pelo menos, seja acolhida emenda do senador **Aloysio Nunes** (PSDB-SP), apresentada quando da tramitação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (**CCJ**), estabelecendo como marco temporal o dia 24 de agosto de 2001, data da edição da Medida Provisória 2.166-67, que alterou regras para áreas protegidas.

A emenda, no entanto, foi rejeitada pelo relator na CCJ, **Luiz Henrique da Silveira** (PMDB-SC), que manteve 2008 como marco temporal para a regularização de atividades em APPs. O dirigente do ISA também rebateu o argumento relacionado ao custo da recuperação das áreas de preservação, citando pesquisas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (**Esalq/USP**), as quais indicam práticas simples de recuperação da vegetação, a partir do isolamento da área desmatada.

O tratamento diferenciado para a agricultura familiar no novo Código Florestal foi defendido por todos os convidados. No início da audiência pública, Dom Leonardo Steiner lembrou preocupação da CNBB com esse segmento, "que vive da terra" e nem sempre consegue atender às exigências da legislação ambiental. **José Batista de Oliveira**, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (**MST**) e da Via Campesina, enfatizou que a preservação de florestas não pode ser vista como conflitante com a produção de alimentos e o senador **Blairo Maggi** (PR-MT) defendeu as atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores, mesmo que em áreas de preservação.